



INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA EM PORTUGAL: CONTEXTO DA CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA

Early Childhood Intervention in Portugal: Context of the Daycare and Kindergarten

Maria Izabel Alves Felix da SILVA

Programa de Pós-Graduação em Terapia
Ocupacional

Universidade Federal de São Carlos
São Carlos, Brasil

mariaizabel.afelix@gmail.com


<https://orcid.org/0000-0002-9734-0575> 

Celina Isabel CARVALHO

Equipe Local de Intervenção e da
Associação Nacional de Intervenção Precoce

Coimbra, Portugal

celinacarvalho.anip@gmail.com


<https://orcid.org/0009-0007-8197-4390> 

Ana Maria SERRANO

Departamento Psicologia da Educação e
Educação Especial

Universidade do Minho
Braga, Portugal

serrano@ie.uminho.pt


<https://orcid.org/0000-0002-6117-4050> 


Patrícia Carla de Souza DELLA BARBA

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional
Universidade Federal de São Carlos

São Carlos, Brasil

patriciabarba@ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0002-7893-8133> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

O artigo explora a prática de intervenção precoce na infância (IPI) em Portugal, com foco no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) e na atuação da Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP). O estudo descreve a evolução dos programas de intervenção precoce desde a década de 1960, destacando mudanças significativas ao longo dos anos. A metodologia inclui observação direta e análise documental das práticas educativas na Creche e Jardim de Infância (CJI) da Associação de Intervenção Precoce, com ênfase na interação com as famílias e na aplicação de conceitos teóricos na prática cotidiana. Constatou-se que a Associação Nacional de Intervenção Precoce promove um ambiente inclusivo e colaborativo, centrado na criança e na família, utilizando estratégias de intervenção personalizadas e focadas no brincar livre e no contato com a natureza. A comunicação aberta entre profissionais e famílias, a formação contínua e a aplicação de abordagens teóricas são evidentes nas práticas observadas, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças. O estudo revela a eficácia das práticas e sugere que a colaboração ativa das famílias e a abordagem centrada na criança são cruciais para o sucesso da intervenção precoce.

PALAVRAS-CHAVE: Intervenção precoce. Infância. Educação. Famílias.

ABSTRACT

The article explores early childhood intervention (ECI) practices in Portugal, focusing on the National System of Early Childhood Intervention (SNIPI) and the role of the National Association for Early Intervention (ANIP). The study outlines the evolution of early intervention programs since the 1960s, highlighting significant changes over the years. The methodology includes direct observation and document analysis of educational practices at the ANIP Childcare and Preschool (CJI), with an emphasis on interaction with families and the application of theoretical concepts in daily practice. It was found that ANIP promotes an inclusive and collaborative environment centered on the child and family, utilizing personalized

intervention strategies focused on free play and contact with nature. Open communication between professionals and families, continuous training, and the application of theoretical approaches are evident in the observed practices, contributing to the comprehensive development of children. The study reveals the effectiveness of these practices and suggests that active family involvement and a child-centered approach are crucial for the success of early intervention.

KEYWORDS: Early Intervention. Childhood. Education. Families.

SISTEMA NACIONAL DE INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA (SNIPI) E A INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA (IPI)

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) refere-se a um conjunto de práticas direcionadas a crianças de 0 a 6 anos que apresentem riscos ou atraso no desenvolvimento, bem como às suas famílias. Essas ações visam promover o desenvolvimento integral da criança, prevenir deficiências secundárias e garantir o apoio necessário à família, sendo oferecidas por meio de um trabalho intersetorial que envolve as áreas da educação, saúde e assistência social. Os atendimentos ocorrem em contextos naturais (como casa, escola e comunidade) e sua frequência varia conforme as necessidades da criança e da família, prezando-se pela atuação em equipe transdisciplinar e pela centralidade da família no processo (Carvalho *et al.*, 2016).

De acordo com Guralnick (2005), a Intervenção Precoce na Infância deve estar fundamentada em princípios estruturais e conceituais que compõem um novo modelo de desenvolvimento sistêmico. Este modelo visa integrar todos os elementos conceituais e filosóficos da Intervenção Precoce na Infância, implementando uma abordagem sistêmica em todas as camadas do sistema (Matos, 2010). Ele gerencia e monitora os serviços, incentivando a detecção e identificação antecipadas, dando prioridade à inclusão da criança e da família em seus próprios ambientes de aprendizado. Ele proporciona suporte personalizado e constante, incorporando técnicas de avaliação apropriadas, valorizando a relevância de colaborações com as famílias e empregando práticas testadas e validadas cientificamente.

Ao longo da história, a IPI passou por uma transformação, saindo de um modelo médico e focado no tratamento de deficiências, para uma abordagem mais alargada que prioriza a família e a criança. Neste novo paradigma, pais e cuidadores são considerados parte do processo de intervenção (Mc William, 2010).

Na década de 1960, em Portugal, eram predominantemente de caráter médico e monodisciplinar, focando-se em ações de estimulação precoce realizadas pelos serviços de saúde, particularmente pelo Instituto Maternal. A prevenção era abordada essencialmente sob uma ótica médica. Na década de 1970, os Centros de Paralisia

Cerebral começaram a integrar especialistas de diversas áreas para a estimulação e intervenção precoce de crianças com paralisia cerebral. Durante esse período, as Equipes de Orientação Domiciliária também desempenharam um papel importante no apoio a crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) (SNIPI, 2024).

Após a Revolução de 25 de abril de 1974, houve um aumento nas respostas sociais e de saúde para proteger a família e as crianças. O desenvolvimento da educação pré-escolar passou a ser uma responsabilidade compartilhada entre os Ministérios da Segurança Social e da Educação. Nos anos 1980, emergiram iniciativas pioneiras em Intervenção Precoce na Infância, destacando-se o trabalho da Direção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica (DSOIP) e do Projeto Integrado de Intervenção Precoce na Infância de Coimbra. Nos anos 1990, o desenvolvimento de projetos de Intervenção Precoce na Infância foi impulsionado quer pela experiência da Direção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica e primordialmente por uma experiência localmente, que foi inovadora e contribuiu para o desenvolvimento do que atualmente se apelida de Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), e que foi o Projeto Integrado de Intervenção Precoce de Coimbra (PIIP), sendo que a experiência constituiu um alicerce importante para a articulação de serviços, o trabalho transdisciplinar, centrado na família e nos contextos naturais, assim como uma maior conscientização profissional e mudanças nas políticas educacionais. Em 1999, pela primeira vez, surge o Despacho Conjunto n.º 891/99, que, embora sem a força de um Decreto-Lei, formalizou diretrizes específicas para a Intervenção Precoce na Infância.

Em 2009, o Decreto-Lei 281/2009 estabeleceu o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, coordenado pelos Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social, Saúde e Educação, com envolvimento das famílias e comunidades (SNIPI, 2024), cujas orientações replicam essencialmente a experiência local do Projeto Integrado de Intervenção Precoce Coimbra.

Portugal apresenta o Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, que estabelece o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). Este sistema tem como principal objetivo garantir a proteção dos direitos das crianças e promover o seu desenvolvimento, por ações de intervenção precoce em todo o território português (SNIPI, 2024). Com os principais pontos como a proteção dos direitos e desenvolvimento, que assegura que todas as crianças têm acesso aos direitos e ao desenvolvimento adequado, mediante ações de Intervenção Precoce na Infância. A detecção e sinalização visam identificar e sinalizar crianças em risco de atrasos no desenvolvimento ou com alterações funcionais. A intervenção personalizada atua

conforme as necessidades do contexto familiar para prevenir ou reduzir atrasos no desenvolvimento. E o apoio às famílias que promove a facilitação no acesso das famílias a serviços e recursos nos sistemas de segurança social, saúde e educação, além do suporte social envolvendo a comunidade (SNIPI, 2024).

O Decreto-Lei n.º 281/2009 representa um esforço abrangente e colaborativo para apoiar o desenvolvimento infantil precoce, envolvendo diversos setores do governo e a comunidade em geral, para promover o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças em risco (SNIPI, 2024).

Portugal apresenta o Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, que estabelece o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). Este sistema tem como principal objetivo garantir a proteção dos direitos das crianças e promover o seu desenvolvimento, por ações de intervenção precoce em todo o território português (SNIPI, 2024). Com os principais pontos como a proteção dos direitos e desenvolvimento, que assegura que todas as crianças têm acesso aos direitos e ao desenvolvimento adequado, mediante ações de Intervenção Precoce na Infância.

A proposta deste artigo surge no contexto do estágio científico avançado de doutoramento em Educação Especial realizado no Centro de Investigação em Estudos da Criança, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal. Esta vivência integra a pesquisa de doutorado em andamento no Brasil, que tem como foco a investigação do perfil de competências profissionais na prestação de serviços em intervenção precoce com práticas recomendadas. O objetivo do estudo é relatar e analisar práticas e ações observadas durante visita técnica ao contexto da creche e do jardim de infância com ênfase na dinâmica da equipe multiprofissional e transdisciplinar, na interação com as famílias e na aplicação de conceitos teóricos das práticas recomendadas na prática cotidiana.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE INTERVENÇÃO PRECOCE (ANIP)

A Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP) se dedica à implementação de ações relacionadas à Intervenção Precoce na Infância para crianças de zero a seis anos, suas famílias e comunidades, englobando serviços sociais, educacionais, de saúde e outros que promovam o desenvolvimento infantil e o bem-estar emocional, além de fortalecer as competências familiares e a inclusão social. Criada em 1998 para disseminar boas práticas de intervenção precoce em Portugal, após o sucesso do PIIP de Coimbra. Reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) em

2000, a Associação Nacional de Intervenção Precoce desenvolve projetos para melhorar práticas de Intervenção Precoce, participando ativamente no SNIPI em Coimbra e Aveiro. Além de apoio direto, a Associação Nacional de Intervenção Precoce promove a formação e investigação, tendo sido acreditada como entidade formadora pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) em 2011. Atualmente, conta com 62 profissionais dedicados a diversas áreas de intervenção e formação.

A visão da Associação Nacional de Intervenção Precoce é ser reconhecida como líder na criação de valor na Intervenção Precoce na Infância. Seu principal objetivo é apoiar a infância e juventude por uma intervenção precoce qualificada, capacitando profissionais, instituições e famílias com acesso à informação, boas práticas e supervisão técnica, além de incentivar a pesquisa e cooperação internacional. A Associação Nacional de Intervenção Precoce promove a criação de respostas sociais como creches e centros de atividades, desenvolvendo ações de formação, saúde, bem-estar e inclusão social.

Ela estabelece protocolos com entidades públicas e privadas, organiza intervenções comunitárias e oferece suporte técnico e formação contínua para profissionais, além de divulgar publicações e recursos sobre intervenção precoce e educação.

Este estudo é de natureza qualitativa e descritiva, baseado na observação direta e na análise das práticas educativas de intervenção precoce em um ambiente específico, visando compreender como os princípios teóricos da área são implementados no cotidiano profissional.

A coleta de dados foi conduzida pela primeira autora durante seu Estágio Científico Avançado de Doutorado em Educação Especial no Centro de Investigação em Estudos da Criança, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal, no período de maio de 2024. Os métodos de coleta de dados incluíram observação direta, análise de documentos e registro fotográfico. Foram realizadas observações sistemáticas das atividades diárias na creche e jardim de infância, focando nas interações entre profissionais, crianças e famílias. Além disso, conversas com profissionais forneceram percepções sobre suas experiências e percepções em relação às práticas de intervenção precoce. A revisão de documentos internos da Associação Nacional de Intervenção Precoce, como regulamentos, planos de intervenção e registros de desenvolvimento infantil, complementou a coleta de dados, assim como o registro fotográfico dos ambientes e das atividades.

VISITA AO CONTEXTO DA CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA (CJI)

O Projeto Educativo da Creche Jardim de Infância estabelece a orientação educativa, definindo princípios, valores, metas e estratégias para três anos, afirmando a identidade e autonomia da instituição. Resulta de um trabalho coletivo que envolve a comunidade educativa, refletindo a missão, visão e objetivos que orientam a ação educativa. Organizado em cinco dimensões (instituição, equipe, crianças, famílias, comunidade), inclui uma análise SWOT, tem o objetivo de identificar forças (*strengths*), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) ao desempenho e intenções prioritárias. A avaliação contínua do projeto permite ajustar planos anuais e verificar a concretização dos objetivos, promovendo melhorias nas práticas educativas (Antunes *et al.* 2021). A ação da Creche Jardim de Infância Associação Nacional de Intervenção Precoce se baseia em cinco dimensões essenciais: instituição, profissionais, equipe, famílias e comunidade. Para a Instituição, destacam-se o legado histórico, os objetivos da creche e do jardim de infância, e os princípios orientadores como a Educação nos Espaços Exteriores e na Natureza, a Educação Estética, a valorização e o papel da avaliação. Quanto à equipe, enfatiza-se o trabalho em equipe, com destaque para os processos de planeamento, avaliação e reflexão, o papel do adulto no aprendizado das crianças e a importância da formação contínua dos profissionais (Antunes *et al.* 2021). A Creche Jardim de Infância tem como principal objetivo promover o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças, em parceria com as famílias, valorizando o brincar como meio de aprendizagem. Busca-se envolver diferentes espaços da comunidade no dia a dia das crianças para enriquecer sua experiência. A instituição considera a família como parceira privilegiada na educação das crianças, visando sua plena inserção na sociedade como seres autônomos, livres e solidários. Na creche, as funções incluem o bem-estar das crianças, o apoio à família, a detecção precoce de problemas de desenvolvimento, a prevenção e a compensação de défices sociais e culturais. Os objetivos da Creche incluem facilitar a conciliação familiar e profissional, colaborar com as famílias, oferecer atendimento personalizado, prevenir inadaptações, proporcionar um ambiente seguro e estimulante, e promover a articulação com a comunidade (Antunes *et al.* 2021).

No jardim de infância, os objetivos visam o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, promovendo seu desenvolvimento pessoal e social, inclusão em grupos diversos, estabilidade emocional, curiosidade, autonomia, expressão e comunicação,

igualdade de oportunidades, despiste precoce de dificuldades, e envolvimento das famílias e comunidade (Antunes *et al.* 2021).

A abordagem educativa adotada é denominada Florescer, enfocando a educação nos espaços exteriores e na natureza, a educação estética, a valorização do brincar, o respeito pela individualidade e autonomia da criança, e a criança como agente do seu processo educativo. Essa abordagem visa proporcionar aprendizagem de qualidade, centrada no brincar livre e no contato com a natureza, para desenvolver competências fundamentais para uma cidadania ativa e responsável. A exploração dos espaços exteriores é considerada crucial para promover hábitos saudáveis desde cedo, estimulando não só a atividade física, mas também o desenvolvimento intelectual, emocional e social das crianças. O brincar ao ar livre oferece oportunidades únicas de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento motor, social, cognitivo e emocional, bem como promovendo uma atitude de cuidado e proteção do meio ambiente (Antunes *et al.* 2021).

OBSERVAÇÃO NO CONTEXTO DA CRECHE E DO JARDIM DE INFÂNCIA

O ambiente da Creche e Jardim de Infância da Associação Nacional de Intervenção Precoce é cuidadosamente estruturado com base em práticas pedagógicas intencionais centradas na criança e sustentadas por uma observação contínua, sistemática e fundamentada. A observação assume um papel central como ferramenta pedagógica essencial na construção dos Projetos Curriculares e Pedagógicos dos Grupos, sendo através dela que os profissionais da Creche e Jardim de Infância da Associação Nacional de Intervenção Precoce desenvolvem intervenções significativas, personalizadas e ajustadas às reais necessidades das crianças (Antunes *et al.* 2021).

Desde o início do ano letivo, os educadores realizam uma avaliação diagnóstica através da observação direta das crianças, o que permite conhecer os seus interesses, ritmos de desenvolvimento, níveis de autonomia, interação com os pares e adultos, entre outros aspectos fundamentais. Esta avaliação inicial é complementada com registos mensais, portfólios, relatórios semestrais e partilhas semanais em equipe, criando um ciclo contínuo de planeamento, ação e avaliação (Antunes *et al.* 2021, p. 26–28).

A observação é particularmente relevante na abordagem pedagógica “Florescer”, adotada pela creche e jardim de infância, que valoriza a escuta ativa das crianças, a experimentação sensorial, o contacto com a natureza e o brincar livre como base do

desenvolvimento holístico. Através da observação, os educadores compreendem as múltiplas linguagens das crianças e adaptam o ambiente educativo para potenciar o seu envolvimento, segurança emocional, autonomia e sentido de pertença (Antunes *et al.* 2021).

A creche e o jardim de infância contam com uma equipe multidisciplinar que atua coordenadamente para assegurar o bem-estar das crianças desde os quatro meses até a entrada no primeiro ciclo do ensino básico. A instituição tem capacidade para acolher até 60 crianças na creche e 75 no jardim de infância. A creche, tutelada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, constitui uma resposta social desenvolvida em equipamento de natureza socioeducativa, destinada ao acolhimento de crianças até os três anos, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que detenha a sua guarda de fato. Esta resposta é direcionada ao suporte da criança e da família, considerando como suas principais atribuições a promoção do bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças por meio de um atendimento personalizado, a cooperação com as famílias e a participação no diagnóstico precoce de inadequações ou deficiências, assim como na prevenção e compensação de carências sociais e culturais, por meio da oferta de atividades pedagógicas e enriquecedoras (Portugal, 2011).

Conforme a Portaria n.º 262/2011, os objetivos da creche incluem a facilitação da conciliação entre a vida familiar e profissional do agregado familiar, a partilha de cuidados e responsabilidades com a família ao longo de todo o processo de desenvolvimento da criança e a garantia de um atendimento individualizado ajustado às necessidades específicas de cada criança. A creche também tem como missão prevenir e identificar precocemente situações de risco, inadequações ou deficiências, assegurando o encaminhamento adequado, além de criar condições que favoreçam o desenvolvimento integral da criança num ambiente seguro, física e emocionalmente. Outro aspecto essencial é a articulação com os diversos serviços existentes na comunidade, promovendo uma resposta integrada (Portugal, 2011).

Em 2012, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) publicou um documento em que apresenta uma perspectiva sobre as finalidades e práticas educativas em creche, sublinhando que a criança só estará disponível para se envolver em experiências de desenvolvimento e aprendizagem quando as suas necessidades básicas, especialmente emocionais, estiverem devidamente satisfeitas. Entre essas necessidades estão as físicas, como alimentação, sono e movimento; a necessidade de afeto, como proximidade física e vínculos afetivos; a necessidade de

segurança, por referências e limites claros; a necessidade de reconhecimento e afirmação, sentindo-se valorizada e respeitada; a necessidade de competência, ao vivenciar o sucesso e enfrentar desafios; e a de significado e valores, sentindo-se em sintonia consigo, com os outros e com o mundo (Portugal, 2012).

Com base nesse entendimento, o documento identifica três finalidades educativas essenciais que orientam a ação em creche: o desenvolvimento do sentido de segurança e autoestima, relacionado com a confiança e a percepção de competência para agir sobre o corpo, o comportamento e o meio; o desenvolvimento da curiosidade e do ímpeto exploratório, associado ao prazer de descobrir e de interagir com o ambiente persistentemente; e o desenvolvimento da competência social e comunicacional, que envolve a capacidade de autocontrole, de estabelecer relações e de cooperar com os outros (Portugal, 2012).

O Jardim de Infância, por sua vez, conforme definido pela Direção-Geral da Educação, é um espaço educativo concebido para promover a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, oferecendo atividades pedagógicas, de animação e de apoio à família, organizadas com base nos interesses e nas necessidades infantis. Os objetivos do Jardim de Infância, de acordo com as regras internas e a Lei da Educação para a Pré-Escola, têm como meta oferecer bem-estar e ajudar no crescimento completo das crianças em um lugar seguro e acolhedor enquanto suas famílias estão fora. Eles buscam promover o crescimento pessoal e social das crianças por meio de experiências que ensinam sobre a convivência e a cidadania (Antunes *et al.* 2021).

A instituição busca fomentar a inclusão das crianças em grupos sociais diversos, respeitando a pluralidade cultural, contribuindo para a sua estabilidade emocional, despertando o interesse pelos outros e pelo ambiente e incentivando o gosto pela aprendizagem, a reflexão e a tomada de decisões.

Além disso, valoriza-se o desenvolvimento progressivo da autonomia e do sentido de responsabilidade, a promoção da expressão e da comunicação por meio de múltiplas linguagens e a realização de atividades de grupo como estratégia de aprendizagem e de desenvolvimento da sociabilidade. O jardim de infância também contribui para a igualdade de oportunidades no acesso à educação e para o sucesso educativo, atuando na detecção precoce de sinais de inadaptação, deficiência ou precocidade, com o devido encaminhamento técnico especializado. A participação efetiva das famílias e da comunidade é igualmente incentivada, promovendo uma estreita colaboração na partilha de cuidados e responsabilidades ao longo do percurso evolutivo das crianças (Antunes *et al.* 2021).

Descrição do Ambiente

A creche e o jardim de infância visitados são espaços amplos e bem equipados, localizados em edifícios adjacentes às instalações da Maternidade Bissaya Barreto, em Coimbra. As "Casas da Criança" foram estabelecimentos criados por Bissaya Barreto entre 1936 e 1970 na região centro de Portugal. Estes centros combinavam creche, jardim de infância e consultório médico, oferecendo cuidados educativos, alimentares e médicos gratuitos para crianças. O principal objetivo era desenvolver nas crianças o espírito de iniciativa, autoconfiança, responsabilidade e solidariedade, proporcionando um ambiente de contato com a natureza e diversas atividades diárias (Fundação, 2024).

Bissaya Barreto, um médico profundamente consciente das condições de vida e das doenças que afetavam a população, como tuberculose, sífilis, loucura, lepra e câncer, começou sua carreira na medicina social com a "Luta contra a Tuberculose no Distrito de Coimbra". Ele aplicou um programa amplo que incluía a criação de 11 hospitais, bairros econômicos, dispensários, colônias de férias, institutos para surdos e cegos, casas de educação e trabalho, uma maternidade, o "Ninho dos Pequenitos" e a "Escola Normal Social". Este programa também visava a proteção sanitária e social de grávidas, mães e crianças, especialmente na primeira e segunda infância (Fundação, 2024).

As "Casas da Criança" foram parte deste amplo projeto de Bissaya Barreto, focando na dignificação e valorização das condições de vida e desenvolvimento das crianças. A criança, aqui, vai viver em contacto com a natureza e com a vida. Todos os dias serão diferentes, em todos os dias poderá ter os chamados instintos da criança: mexer os membros, tocar, apalpar, construir, demolir, observar, questionar, viver em sociedade, sem cansaço nem fadiga. Interessa-nos mais formar o espírito da criança do que mobiliá-lo; e por isso, a tarefa fundamental das nossas Casas da Criança está em desenvolver na criança o espírito de iniciativa, o espírito de confiança em si, a noção da responsabilidade e da solidariedade (Fundação, 2024).

As instalações incluem salas de atividades, dormitórios, copa e refeitório, espaços de circulação e áreas externas, como jardins e espaços do Parque de Santa Cruz – Jardim da Sereia. A organização dos ambientes é pensada para promover um ambiente acolhedor, seguro e estimulante para as crianças.

Vamos conhecer melhor o cenário da creche e do jardim de infância através do registro fotográfico (Figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7) feito durante a visita:

Figuras 1. Registro fotográfico da Sala da creche e frase do mural de atividades.



Fonte: Fotos tirada pela primeira autora.

Figuras 2. Registro fotográfico das mochilas e sala da soneca.



Fonte: Fotos tirada pela primeira autora.

Figuras 3. Registro fotográfico da sala e do jardim de infância e área externa do prédio.



Fonte: Fotos tirada pela primeira autora.

Figuras 4. Registro fotográfico da Sala e corredor da instituição.



Fonte: Fotos tirada pela primeira autora.

Figuras 6. Registro fotográfico da Sala e corredor da instituição.



Fonte: Fotos tirada pela primeira autora.

Figuras 7. Registro fotográfico da Fachada externa do prédio.



Fonte: Fotos tirada pela primeira autora.

Numa das fachadas do edifício da Maternidade, inaugurada em 1963, Bissaya Barreto fez exibir os Direitos da Criança em um painel de azulejos, trabalho encomendado à Fábrica Aleluia em 1958. Este espaço da maternidade apresenta em suas paredes paisagens, figuras alegóricas e narrativas positivas, decorando-o como um espaço de esperança e felicidade (Vieira, 2023).

Bissaya Barreto comunica urbanisticamente através de obras de arte, como o painel da Carta dos Direitos da Criança, que “é uma espécie de portal de entrada”, com função didática, na fachada do prédio (Vieira, 2023).

Figuras 8. Fachada do edifício da Creche e do Jardim de Infância com os direitos da criança.



Fonte: Fotos tirada pela primeira autora.

Com as observações diretas e dos relatos informais dos profissionais sobre como o trabalho é desenvolvido dentro da Creche Jardim de Infância, foi possível observar que:

Interações com Famílias:

Os profissionais da Associação Nacional de Intervenção Precoce se comunicam de forma clara e aberta com as famílias, utilizando diversos canais de comunicação, como reuniões presenciais, telefonemas e e-mails. A informação é compartilhada de maneira transparente e confidencial, garantindo que as famílias estejam sempre informadas sobre o desenvolvimento e bem-estar de suas crianças. As estratégias de acolhimento são personalizadas e sensíveis às necessidades individuais das crianças e suas famílias,

os profissionais da Creche Jardim de Infância não fazem visitas domiciliares (os técnicos da Equipe Local de Intervenção (ELI) é que fazem quando a criança é acompanhada pela Equipe Local de Intervenção, havendo articulação entre todos os contextos), reuniões de orientação e integração das famílias nas atividades diárias da creche e do jardim de infância. Estas ações visam criar um ambiente acolhedor e de confiança mútua.

A parceria com as famílias é um dos pilares da ação da Creche Jardim de Infância Associação Nacional de Intervenção Precoce. A instituição acredita que a cooperação entre profissionais e famílias é essencial para a promoção do bem-estar e do desenvolvimento integral das crianças. A relação é construída com base em confiança, transparência e diálogo permanente. As famílias são envolvidas ativamente em momentos formais (reuniões de grupo, encontros individuais, relatórios) e informais (diálogo diário, partilha de conquistas, participação em eventos e projetos pedagógicos).

A Associação Nacional de Intervenção Precoce considera que a família é o primeiro e mais importante contexto de desenvolvimento da criança, e por isso todas as práticas pedagógicas são desenhadas numa lógica de complementaridade, procurando reforçar o papel educativo dos cuidadores principais. O Regulamento Interno da Creche Crescer+ 2024/2025 reforça este compromisso ao definir os direitos das famílias, incluindo o acesso à informação, a participação nas atividades educativas e a comunicação de alterações no estado de saúde ou bem-estar das crianças (ANIP, 2025).

Colaboração da Equipe:

A equipe de profissionais da Associação Nacional de Intervenção Precoce trabalha de forma coordenada e colaborativa, promovendo uma abordagem multidisciplinar nas intervenções. A interação entre os membros da equipe é baseada no respeito mútuo e na troca de conhecimentos e experiências. Métodos de colaboração incluem reuniões periódicas de planeamento e avaliação, troca de informações através de registos detalhados e desenvolvimento conjunto de planos de intervenção. A formação contínua é incentivada para garantir que todos os membros da equipe estejam atualizados com as melhores práticas pedagógicas e os princípios da Intervenção Precoce na Infância.

O trabalho colaborativo é uma dimensão estruturante na Creche Jardim de Infância da Associação Nacional de Intervenção Precoce. A equipe é composta por

educadoras de infância, auxiliares de ação educativa, diretoras técnica e pedagógica, e outros profissionais especializados (como o professor de música e voluntárias de expressão plástica). A organização interna valoriza a cooperação entre os diversos profissionais, independentemente do seu cargo ou função.

São promovidas reuniões semanais entre as educadoras, reuniões mensais das auxiliares e encontros de Conselho Pedagógico para alinhar práticas, refletir sobre dificuldades comuns, avaliar os projetos em curso e desenvolver formação contínua. Anualmente, são distribuídas “pastas temáticas” (como inclusão, ciência, literacia, formação pessoal e social), dinamizadas por diferentes membros da equipe para promover o aprofundamento e a partilha de conhecimento.

Todo o trabalho pedagógico é articulado entre os elementos da sala, numa lógica de responsabilidade e partilha. A planificação semanal, exposta à entrada de cada sala, é flexível e adaptada às necessidades do grupo, sendo constantemente revista com base na observação e reflexão conjunta (Antunes *et al.* 2021, p. 29–32)

Uso de Estratégias de Intervenção Precoce na Infância:

Diversas estratégias de intervenção precoce são utilizadas, adaptadas às necessidades específicas de cada criança e família. Estas estratégias incluem atividades de estimulação sensorial, motora, cognitiva e social, desenvolvidas através de jogos, brincadeiras e interações dirigidas. As estratégias são constantemente avaliadas e ajustadas com base em observações sistemáticas e feedback das famílias. A equipe realiza reuniões regulares para discutir o progresso das crianças e adaptar as intervenções conforme necessário. Em colaboração com os profissionais das ELIs através dos Planos Individuais de Intervenção Precoce (PIIP) para potencializar as necessidades de aprendizagem das crianças no contexto educativo.

A Intervenção Precoce na Infância faz parte da missão fundacional da Associação Nacional de Intervenção Precoce, sendo uma das instituições fundadoras do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. A sua atuação em Intervenção Precoce na Infância é baseada em práticas recomendadas, centradas na família, com enfoque na prevenção, deteção precoce e resposta integrada a crianças dos 0 aos 6 anos com problemas de desenvolvimento ou em risco.

A Creche Jardim de Infância aplica estas estratégias na prática diária, promovendo ambientes educativos inclusivos, individualizados e ajustados ao perfil de cada criança. Quando identificadas necessidades específicas, a equipe educativa

articula-se com a Equipe Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), realizando encaminhamentos, adaptações curriculares e planos de ação colaborativos com técnicos e famílias (Antunes *et al.* 2021, p. 6–7, 24–26).

Aplicação de Conceitos Teóricos:

Os conceitos teóricos são claramente incorporados na prática diária, incluem a aplicação de abordagens centradas na família, que valoriza o brincar livre e o contato com a natureza como elementos essenciais para o desenvolvimento infantil. Evidências dos modelos teóricos são visíveis nas práticas pedagógicas adotadas, nas estratégias de intervenção e na maneira como os profissionais interagem com as crianças e suas famílias.

A prática pedagógica da Creche Jardim de Infância está ancorada nos principais referenciais nacionais e internacionais, nomeadamente: Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), que orientam as práticas das educadoras no jardim de infância; Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86), que define a educação como promotora do desenvolvimento integral da criança; Programa Anos Incríveis, utilizado como estratégia para promoção de competências socioemocionais e gestão comportamental; Plano Nacional das Artes, que fundamenta o trabalho desenvolvido na dimensão estética; Abordagem “Florescer”, que valoriza o brincar livre, o contacto com a natureza, a estética, a escuta da criança e o desenvolvimento da sua autonomia. Estas referências são integradas coerentemente nas rotinas, atividades e espaços da Creche Jardim de Infância, tornando a instituição um modelo de pedagogia participativa, inclusiva e humanista (Antunes *et al.* 2021, p. 17–23).

Observações do Desenvolvimento Infantil:

Em colaboração com os profissionais da Equipe Local de Intervenção, são utilizados métodos sistemáticos de observação para avaliar o desenvolvimento das crianças, incluindo registros de observação diária, avaliações formais e informais, e feedback das famílias. As observações são interpretadas e utilizadas para planejar e ajustar as intervenções. Tal articulação e colaboração com os profissionais de intervenção precoce permite e potencia que as práticas pedagógicas sejam continuamente revisadas e adaptadas para atender às necessidades individuais das crianças, garantindo que todas recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento integral.

A observação do desenvolvimento infantil é constante e orienta todo o trabalho pedagógico. Os educadores acompanham as diferentes áreas do desenvolvimento cognitivo, motor, emocional, social e linguístico, por registos contínuos, interações observadas, portfólios e relatórios periódicos. A escuta ativa e o conhecimento profundo da criança permitem ajustar práticas e proporcionar experiências educativas relevantes.

Nos espaços exteriores, a observação é particularmente rica, uma vez que as crianças são desafiadas a resolver problemas, negociar com os pares e tomar decisões autônomas. A rotina diária (como ir ao banheiro sozinho, encher o cantil, escolher materiais) é também espaço de observação da autonomia e progressão da criança.

A alimentação, o sono, as interações afetivas e o brincar são também dimensões observadas e documentadas. Toda a informação recolhida alimenta os projetos pedagógicos de grupo, permitindo uma intervenção precisa e consciente (Antunes *et al.* 2021, p. 33–35).

Organização e Rotina: Alimentação, Saúde e Bem-Estar

A alimentação é adaptada à faixa etária, sendo um elemento essencial na promoção do bem-estar infantil. As ementas da Creche Jardim de Infância estão organizadas por idade: berçário (0–11 meses) e crianças com mais de 1 ano. No berçário, são servidas sopas de legumes naturais com carne ou peixe, purê de fruta, papa de cereais e outros alimentos progressivamente introduzidos segundo a orientação dos pais e pediatras (ANIP, 2020). Para as crianças acima de 1 ano, as refeições incluem sopa, prato principal (peixe ou carne), fruta e lanches com pão, queijo, iogurte, compotas naturais e frutas frescas (ANIP, 2023). A instituição segue as normas Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (HACCP) de segurança alimentar, sendo um método sistemático para identificar e controlar riscos e adaptar as refeições a crianças com alergias ou restrições, mediante declaração médica. Os pais são responsáveis por comunicar ausências ou alterações até às 9h30. Em relação à saúde, o regulamento define que as crianças com doenças infectocontagiosas não podem frequentar a instituição até a entrega de declaração médica. Medicamentos só podem ser administrados com receita e autorização escrita. A Creche Jardim de Infância da Associação Nacional de Intervenção Precoce assegura ainda um seguro escolar a todas as crianças matriculadas (ANIP, 2025).

CONCLUSÃO

A observação no contexto da Creche e Jardim de Infância da Associação Nacional da Intervenção Precoce revela um ambiente inclusivo e acolhedor, com uma abordagem pedagógica centrada na criança e família e um forte foco na colaboração entre profissionais e na participação das famílias. A colaboração com os profissionais de intervenção precoce das Equipes Locais de Intervenção é uma constante sendo que os objetivos delineados nos Plano Individual de Intervenção Precoce (para as crianças apoiadas pela Equipe Local de Intervenção), são adaptados às suas necessidades individuais, e os conceitos teóricos constituem a base da prática reflexiva decorrente nos contextos educativos de creche e Jardim de Infância, promovendo o desenvolvimento integral das crianças.

A equipe de profissionais demonstra um comprometimento significativo com a formação contínua e a aplicação de práticas baseadas em evidências, o que resulta em intervenções eficazes e personalizadas para cada criança. A comunicação aberta e transparente entre os profissionais e as famílias é um ponto central que contribui para a construção de um ambiente de confiança e colaboração. As estratégias de acolhimento e as atividades planejadas envolvem as famílias ativamente, garantindo que estejam plenamente integradas no processo educacional e de desenvolvimento de seus filhos.

Além disso, a aplicação da abordagem centrada na família, como a educação nos espaços exteriores e na natureza, valoriza o brincar livre e promove uma educação estética e emocional, aspectos fundamentais para o desenvolvimento holístico das crianças.

A Creche e Jardim de Infância da Associação Nacional de Intervenção Precoce constrói o seu ambiente com base em pilares sólidos: observação atenta e contínua, envolvimento ativo das famílias, trabalho colaborativo entre profissionais, aplicação de estratégias de intervenção precoce e fundamentação teórica rigorosa. Os espaços, as rotinas, os documentos e as práticas são desenhados com intencionalidade pedagógica e afeto, numa visão inclusiva e humanista da educação infantil. Com esta abordagem, a ANIP cumpre a sua missão: "Pelas crianças, com as famílias, criamos futuro" (Antunes *et al.* 2021, p.7).

O estudo possui algumas limitações que devem ser consideradas. O período de observação foi limitado, podendo não capturar todas as variações sazonais ou mudanças a longo prazo nas práticas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Anabela; CARVALHO, Cindy; MONTE, Daniela; DINIS, Inês; GERALDO, Isabel; FERNANDES, Mariana; BORGES, Sara; SANTOS, Sofia; MATEIRO, Vanessa. **Projeto educativo** – Triénio letivo 2021/2022, 2022/2023, 2023/2024 [Ficha técnica]. 2021. agosto de 2021.

ANIP, Associação Nacional de Intervenção Precoce. **Ementa – Berçário**. Coimbra: ANIP, jul. 2020. Disponível em: <https://www.anip.pt/wp-content/uploads/2020/07/Ementa-Berçário.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ANIP, Associação Nacional de Intervenção Precoce. **Regulamento interno creche 2021-2022**. Coimbra. Disponível em: <https://www.anip.pt/wp-content/uploads/2021/10/Regulamento-Interno-Creche-2021-2022-ANIP-vf.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ANIP, Associação Nacional de Intervenção Precoce. **Ementa – Mais 1 ano**. Coimbra: ANIP, jan. 2023. Disponível em: <https://www.anip.pt/wp-content/uploads/2023/01/Ementa-mais-1-Ano.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ANIP, Associação Nacional de Intervenção Precoce. **Regulamento interno – Creche CRESCER 2024-2025**. Coimbra: ANIP, 2025. Disponível em: <https://www.anip.pt/wp-content/uploads/2025/03/Regulamento-Interno-CRESCERCreche-2024-2025-vf.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CARVALHO, Leonor *et al.* **Práticas recomendadas em intervenção precoce na infância**: um guia para profissionais. Coimbra: Associação Nacional de Intervenção Precoce, 2016. Fundação Bissaya Barreto. *Centro de cuidados*. Disponível em: <https://www.fbb.pt/cc/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

GURALNICK, Michael J. Early intervention for children with intellectual disabilities: current knowledge and future prospects. **Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities**, v. 18, p. 313-324, 2005.

MATOS, Susana Maria Patrício Soares Menezes. **Contributos para o estudo do perfil de competências do profissional de intervenção precoce**: as perspectivas dos profissionais. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Especial, área de especialização em Intervenção Precoce) – Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/13923>. Acesso em: ago. 2023.

MCWILLIAM, Robin. A. **Routines-based early intervention**: supporting young children and their families. Baltimore: Paul H. Brookes, 2010. p. 3-14.

PORTUGAL. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Portaria nº 262, de 31 de agosto de 2011. Define as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches. **Diário da República Eletrónico**, 1.ª série, n. 168, 31

ago. 2011. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/262-2011-671660>. Acesso em: 23 jul. 2025.

PORTUGAL. **Finalidades e práticas educativas em creche**: das relações, atividades e organização dos espaços ao currículo na creche. Porto: CNIS, 2012.

SNIPi, Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. **Quem somos**. Disponível em: <https://snipi.gov.pt/quem-somos#no-back>. Acesso em: maio 2024.

VIEIRA, Rafael Coimbra Coolecetiva. **Bissaya Barreto**: a maternidade das dúvidas e expectativas. Disponível em: https://coimbracoolectiva.pt/historias/bissaya-barreto-a-maternidade-das-duvidas-e-expectativas/?doing_wp_cron=1722273182.8270308971405029296875 . Acesso em: 29 jul. 2024.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA


INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA EM PORTUGAL: CONTEXTO DA CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA

Early Childhood Intervention in Portugal: Context of the Daycare and Kindergarten

Maria Izabel Alves Felix da Silva

Mestrado em terapia ocupacional
Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional
São Carlos, Brasil


mariaizabel.afelix@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9734-0575>

Celina Isabel Carvalho

Pós-graduada em Desenvolvimento Familiar e Educação parental
Instituto Bissaya Barreto
Licenciada em Psicologia Clínica Sistémica
Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e ciências da Educação
Coimbra, Portugal

celinacarvalho.anip@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-8197-4390>

Ana Maria Serrano

Doutoramento em Estudos da Criança
Universidade do Minho
Departamento Psicologia da Educação e Educação Especial
Braga, Portugal


serrano@ie.uminho.pt

 <https://orcid.org/0000-0002-6117-4050>

Patrícia Carla de Souza Della Barba

Doutoramento em Estudos da Criança
Professora associada
Universidade Federal de São Carlos
Departamento Psicologia da Educação e Educação Especial
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional,
São Carlos, Brasil

patriciabarba@ufscar.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7893-8133>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

UFSCar, Departamento de Terapia Ocupacional, Rodovia Washington Luís, km 235 – São Carlos, SP, BR – CEP; 13565-905.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Anabela Antunes, diretora técnica da Creche Jardim de Infância (CJI) da Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP), por receber e apresentar a Creche Jardim de Infância.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M. I. A. F. da Silva, C. I. Carvalho.

Coleta de dados: M. I. A. F. da Silva, C. I. Carvalho.

Análise de dados: M. I. A. F. da Silva, C. I. Carvalho, A. M. Serrano.

Discussão dos resultados: M. I. A. F. da Silva, A. M. Serrano, P. C. S. Della Barba

Revisão e aprovação: M. I. A. F. da Silva, A. M. Serrano, P. C. S. Della Barba

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES - Código de Financiamento - 88887.827536/2023-00). Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos projetos do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com as referências UIDB/00317/2020 e UIDP/00317/2020.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 31-07-2024 – Aprovado em: 20-07-2025